

Núcleo de Estímulo

à Produção Artístico-Cultural

Muito prazer, atuamos com
impacto social e cultural.



redeeducare.com.br



institutocuidare.org.br



Profa. Me. Kátia Rocha Brasileiro — historiadora, mestre em Comunicação, fundadora da Rede Educare, com 20 anos de atuação em projetos de impacto social, investimento social privado e leis de incentivo, atendendo empresas e produtores culturais.

Cenário de Gestão Cultural no Brasil

Objetivos da Aula

Introduzir a reflexão sobre o papel da cultura na economia e na sociedade

Apresentar os fundamentos da estruturação de projetos culturais

Familiarizar com os mecanismos de financiamento, com ênfase nas leis de incentivo

Evidenciar a atuação dos diferentes agentes do setor cultural (governo, empresas e sociedade)

Sensibilizar para a importância da execução responsável, do impacto e da prestação de contas

Construção Histórica do Mecenato

Grécia e Roma Antiga

A arte como linguagem do poder.
Imperadores e governantes financiavam artistas para glorificar seus feitos e legitimar seu domínio através de monumentos, esculturas e pinturas.

1

2

Renascimento

Surgimento dos grandes mecenas como a família Medici e o Papado, que financiavam artistas como Michelangelo e Leonardo da Vinci, associando seu nome às grandes obras.

Século XX

Famílias como Carnegie, Rockefeller e Ford criam fundações e museus, institucionalizando o apoio à cultura como forma de perpetuar legados.

3

4

Atualidade

Empresas incorporam a cultura como estratégia de reputação e relacionamento, com apoios mais estruturados e alinhados às estratégias corporativas.

1. Conceito clássico (origem histórica)

O mecenato nasce como uma relação de patronagem.

Um agente com poder (político ou econômico) financia a produção cultural

O objetivo não é lucro direto, mas prestígio, influência e legado

Recortes conceituais de Cultura

Autor	Origem	Obra	Conceito de Cultura	Síntese
Theodor Adorno	Alemanha	<i>Dialética do Esclarecimento</i>	Cultura como indústria cultural	Cultura como mercadoria
Clifford Geertz	EUA	<i>A Interpretação das Culturas</i>	Cultura como significado	Teia de significados
Pierre Bourdieu	França	<i>A Distinção</i>	Cultura como poder	Capital simbólico
Michel de Certeau	França	<i>A Invenção do Cotidiano</i>	Cultura como prática	Cotidiano e invenção
Stuart Hall	Jamaica / Reino Unido	<i>A Identidade Cultural na Pós-Modernidade</i>	Cultura como identidade	Construção social
Sérgio Buarque de Holanda	Brasil	<i>Raízes do Brasil</i>	Cultura como formação histórica	Base social histórica
Florestan Fernandes	Brasil	<i>A Integração do Negro na Sociedade de Classes</i>	Cultura como desigualdade	Estrutura social
Lélia Gonzalez	Brasil	<i>Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira</i>	Cultura como diversidade	Raça e gênero
José Guilherme Cantor Magnani	Brasil (USP)	<i>Festa no Pedaco</i>	Cultura como território	Circuitos urbanos

Panorama Cultural – Brasil

Política Cultural no Brasil

Cultura como direito garantido pela Constituição Federal de 1988 (arts. 215 e 216)

Atuação federativa: União, estados e municípios com responsabilidades compartilhadas

Coordenação nacional pelo Ministério da Cultura

Estruturação via Sistema Nacional de Cultura (SNC): conselhos, planos e fundos

Diretrizes de longo prazo definidas pelo Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010)

Financiamento

Predominância do incentivo fiscal (Lei Rouanet)

Destinação de até 4% do IR devido por empresas

Complementação por fundos públicos (Fundo Nacional de Cultura)

Novos mecanismos: Lei Paulo Gustavo e Política Nacional Aldir Blanc

Desafios estruturais

Concentração regional de recursos (eixo Sudeste)

Dependência do financiamento via mercado

Baixa formação de público cultural

Descontinuidade de políticas entre governos

Burocracia elevada para proponentes

Política Cultural no Brasil

Tensões do sistema

Estado vs. mercado na definição de prioridades

Acesso desigual entre centros e periferias

Predominância de projetos pontuais vs. políticas estruturantes

Direções estratégicas

Fortalecimento da infraestrutura cultural

Ampliação do acesso e da educação cultural

Descentralização de recursos

Modelos híbridos de financiamento

Foco em continuidade e legado institucional

Plano Nacional de Cultura

do povo brasileiro

Resumo Executivo do Projeto de Lei
do Plano Nacional de Cultura

2025 - 2035

[CLIQUE AQUI!](#)

Emprego e Perfil Criativo

EMPREGO NA ECONOMIA DA CULTURA (IBGE)

- 5,9 milhões de pessoas ocupadas no setor cultural (2024)
- 5,8% do total de trabalhadores do Brasil
- Maior nível da série histórica (desde 2014)

PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA

- R\$ 387,9 bilhões gerados pela cultura
- $\approx$ 3% do PIB brasileiro

PERFIL DOS TRABALHADORES

- 30,1% têm ensino superior (acima da média nacional de 23,4%)
- Maior qualificação média que o mercado geral

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

- São Paulo: 7,6% dos ocupados em cultura
- Rio de Janeiro: 7%
- Ceará: 7%
- Capitais com maior presença:
 - Florianópolis: 10,7%
 - São Paulo: 10,1%
 - Manaus: 9,4%



TABELA DE INCENTIVOS FISCAIS – VIGENTE A PARTIR DE 2023

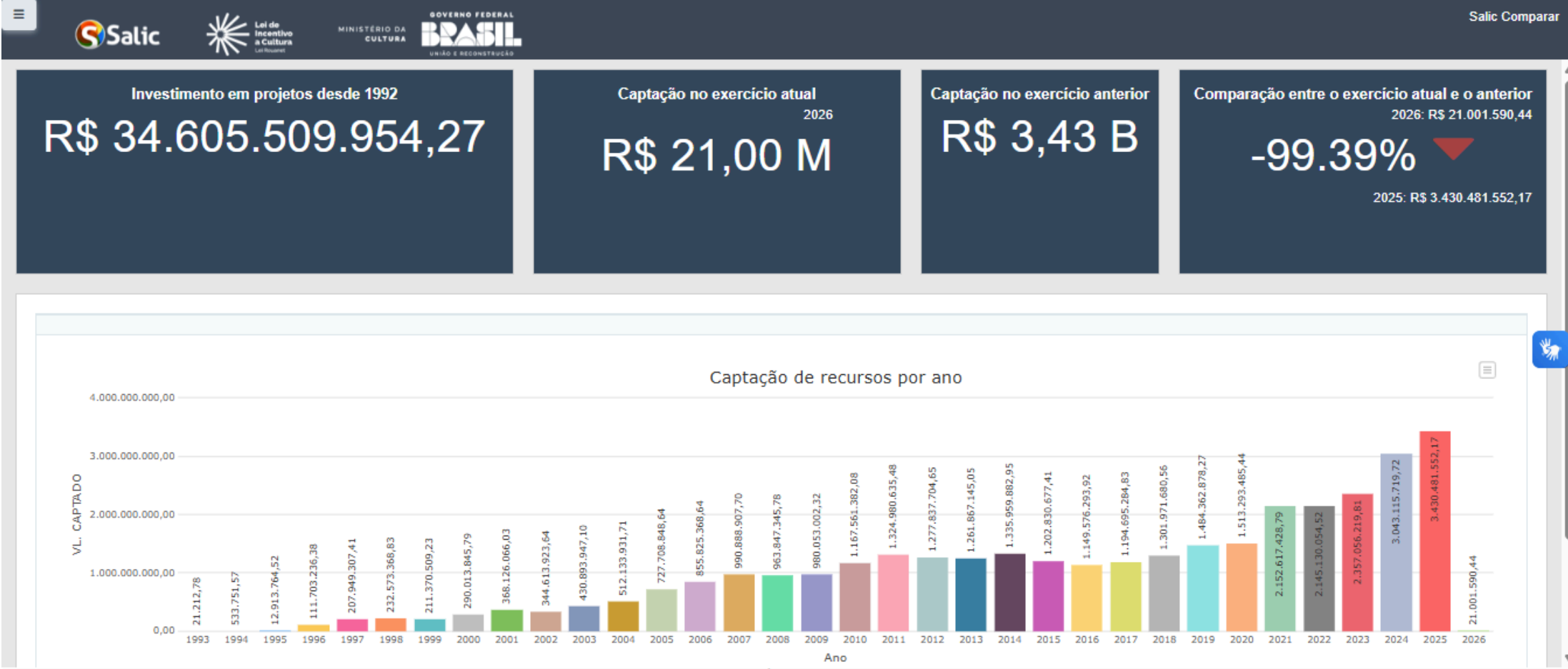
	LEI ROUANET Lei 8.313, 23 de dezembro de 1991, Lei 14.568, 04 de maio de 2023. Decreto 11.453, 23 de março de 2023. IN 1, 10 de abril de 2023.	MINISTÉRIO DA CULTURA	Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Música, Humanidades, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Museu e Memória.	PROPONENTE PESSOA FÍSICA, EMPRESAS, ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E GOVERNO.	 EMPRESAS 4% limitado a 3% para audiovisual (Art 1º)	
	LEI DO AUDIOVISUAL Lei 8.685, 20 de julho de 1993. Lei 9.323, 05 de dezembro de 1996. IN 158, 23 de dezembro de 2021 e IN 161, 16 de maio de 2022.	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE	Desenvolvimento de projeto e produção de obra audiovisual, Distribuição em salas comerciais de exibição e Festivais.	PROPONENTE EMPRESAS PRODUTORAS DE AUDIOVISUAL COM REGISTRO ANCINE.		
	LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE Lei 11.438, 29 de dezembro de 2006. Lei 14.439, 24 de agosto de 2022. Decreto 6.180, 03 de agosto de 2007. Portaria 424, 22 de junho de 2020.	MINISTÉRIO DO ESPORTE	Esporte de Rendimento, Esporte de Participação e Esporte Educacional.	PROPONENTE ASSOCIAÇÕES ESPORTIVAS SEM FINS LUCRATIVOS, GOVERNO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SEM FINS LUCRATIVOS.	2% limitado a 1% para reciclagem. Se a empresa apoiar projeto esportivo de inclusão em comunidades vulneráveis poderá ampliar até 4%, concorrendo com o percentual da cultura.	 PESSOAS FÍSICAS 6% limitado a 3% para audiovisual (art 1º).
	LEI DA RECICLAGEM Lei 14.260, 08 de dezembro de 2021. Aguarda regulamentação.	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Projetos ligados à reciclagem e sua cadeia produtiva.	Aguarda regulamentação.		
	FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069, 13 de julho de 1990. Lei 8.242, de 12 de outubro de 1991.	CONSELHO NACIONAL (CONANDA), CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS E DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.	Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes, seguindo o estatuto da criança e do adolescente.	PROPONENTE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS QUE ATUAM COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	1%	1% adicional para esporte
	FUNDO DO IDOSO Estatuto do Idoso. Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003. Lei 12.213, de 20 de janeiro de 2010.	CONSELHO NACIONAL (CNI), CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS E DIREITOS DO IDOSO.	Defesa de Direitos de Idosos, seguindo o estatuto nacional do idoso.	PROPONENTE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS QUE ATUAM COM IDOSOS.	1%	
	PRONAS Lei 12.715, 17 de setembro de 2012. Lei 14.564, 04 de maio de 2023. Decreto 7.988, 17 de abril de 2013. Portaria de Consolidação 5, 28 de setembro de 2017. Anexo LXXXVI.	MINISTÉRIO DA SAÚDE	Prestação de Serviços Médico-Assistenciais para Pessoas com Deficiências, Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos e Pesquisas.	OSCIPI ou OS ou com CEBAS ou CNES. ATUAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	1%	1%
	PRONON Lei 12.715, 17 de setembro de 2012. Lei 14.564, 04 de maio de 2023. Decreto 7.988, 17 de abril de 2013. Portaria de Consolidação 5, 28 de setembro de 2017. Anexo LXXXVI.	MINISTÉRIO DA SAÚDE	Prestação de Serviços Médico-Assistenciais ligados ao Combate ao Câncer, Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos e Pesquisas.	OSCIPI ou OS ou com CEBAS. ATUAÇÃO NA ÁREA DE CÂNCER.	1%	1%

@desenvolvido por Uee i the Change

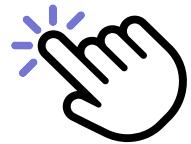
[CLIQUE AQUI!](#)



Dados de Cultura 2025 - Lei Rouanet



CLIQUE AQUI!



Lei Rouanet gera R\$ 7,59 para cada R\$ 1 investido na economia

Incentivo à Cultura • Geração de Empregos • Impacto Econômico

228.000 empregos gerados
R\$ 12,3 mil por emprego



Relatório Mundial sobre Políticas Culturais da UNESCO

O ODS que falta (2025)

- 3,39% do PIB mundial
- 3,55% do emprego global
- 250 cidades analisadas
- 93% dos Estados-membros incluem cultura em planos nacionais
- 2.000x maior gasto público em países desenvolvidos
- 9% dos artistas com percepção de proteção adequada de direitos
- 38% dos artistas relataram queda de rendimentos por impacto da IA
- 2019–2024 período analisado
- 120 ministros participantes (MONDIACULT 2025)



unesco

Cultura e
criatividade
representam

**3,39% do PIB
mundial.**

[CLIQUE AQUI!](#)



Atores da Cadeia



Principais participantes da política cultural no Brasil

Estado (União, estados e municípios)

Órgãos de patrimônio e regulação

Poder Legislativo

Empresas (iniciativa privada)

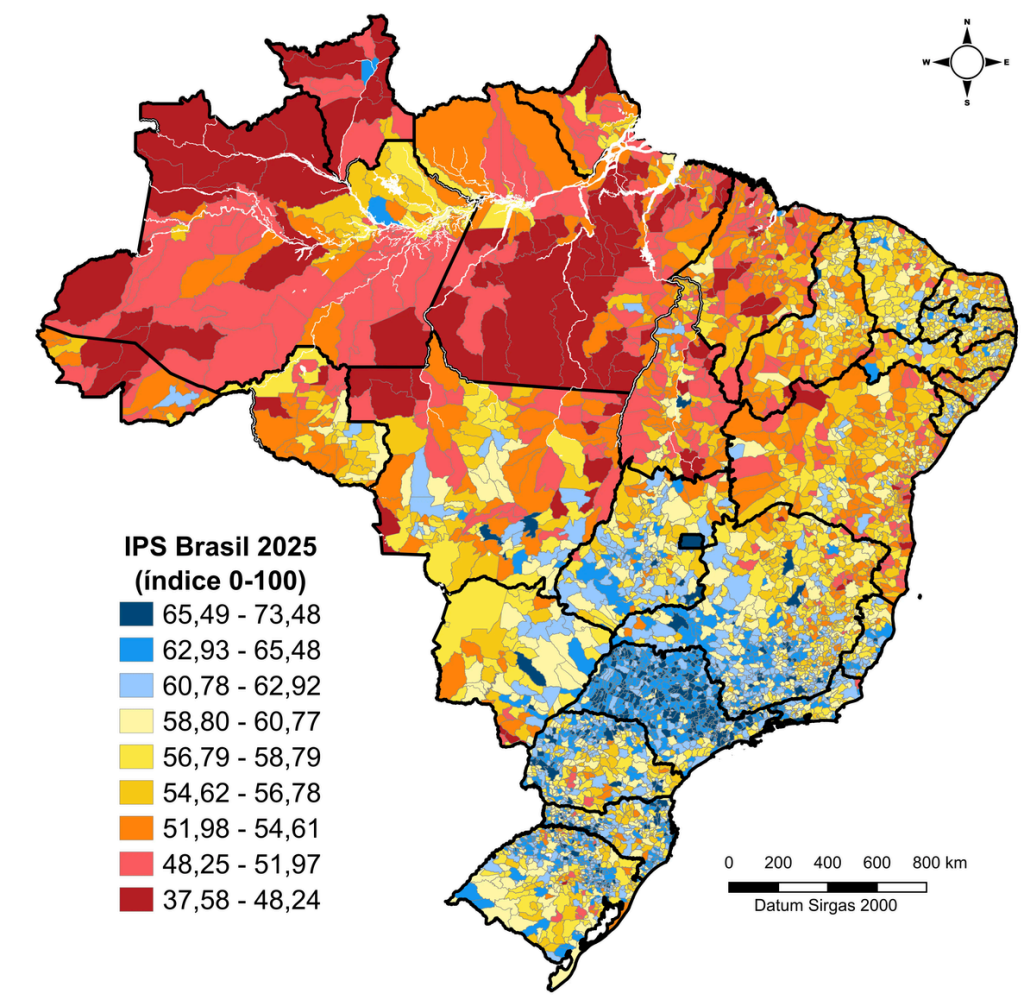
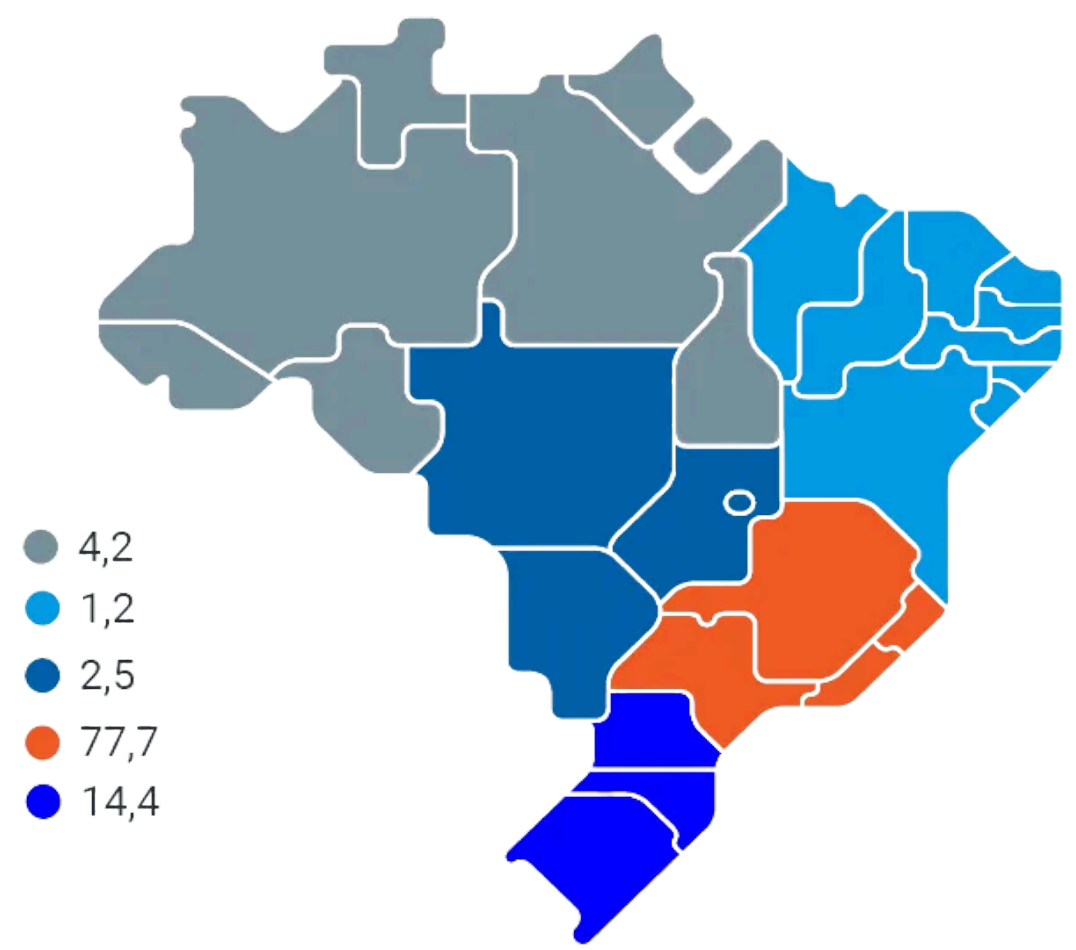
Produtores culturais e organizações

Artistas e criadores

Sociedade civil e público

Instituições de ensino e pesquisa

INVESTIMENTO CULTURAL X PROGRESSO SOCIAL



fonte: Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura, Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - SalicNet



Índice de Progresso Social (IPS)

Desafios e Oportunidades Produtores

PANORAMA SETORIAL

Gisele Jordão & Renata Allucci

Panorama Setorial da Cultura Brasileira — Allucci & Associados, São Paulo. Amplamente utilizado em estudos de economia da cultura e gestão cultural.



Produção Cultural

criação e realização de
bens culturais



Financiamento Cultural

fontes e mecanismos
de fomento



Difusão Cultural

distribuição e circulação



Público Consumidor

acesso e fruição

Desafios do Setor Cultural - Produtores

- Financiamento instável e dependente de incentivo fiscal
- Baixa integração com economia (turismo, educação, indústria)
- Forte desigualdade regional (concentração em SP/RJ)
- Falta de profissionalização na gestão de projetos
- Escassez de dados e métricas de impacto
- Baixa estratégia das empresas (uso pontual, não contínuo)
- Burocracia elevada e processos complexos
- Mercado consumidor limitado (acesso e renda)
- Desafios na monetização digital
- Ausência de política pública integrada

Oportunidades - Produtores

- Expansão das leis de incentivo (maior volume e novas leis)
- Crescimento da economia criativa e digital
- Integração com educação (BNCC, formação e leitura)
- Uso da cultura como desenvolvimento territorial
- Interiorização de projetos (menos concorrência fora do eixo)
- Parcerias com empresas e cadeias produtivas
- Internacionalização (ex: Brasil-China, soft power)
- Novos modelos de receita (streaming, licenciamento, experiências)
- Fortalecimento de redes e projetos em escala

Desafios e Oportunidades Patrocinadores e Investidores

O que deseja um patrocinador?

SEM LOGO - Naomi Klein

"Apoio à cultura" como tática de marketing

Naomi Klein aponta que muitas marcas se infiltram no campo da cultura não por compromisso com a arte, mas para:

- Apropriar-se da criatividade como valor simbólico da marca;
- Ganhar credibilidade e empatia com o público, sobretudo os jovens;
- Neutralizar críticas, posicionando-se ao lado da "diversidade", "juventude", "liberdade" — enquanto promovem práticas opressivas em suas cadeias de produção.
- “As corporações perceberam que associar-se à cultura é uma forma mais sutil — e eficaz — de publicidade. Elas não compram espaço: compram significado.”

KLEIN, Naomi. Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido. Tradução de Paulo Vaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Desafios do Setor Cultural - Patrocinadores

- Avaliar impacto real
- Curadoria de projetos
- Risco reputacional e legislação complexa
- Alinhamento com ESG
- Burocracia das leis
- Mensuração de ROI
- Execução dos projetos
- Concentração regional
- Dependência de incentivo
- Continuidade e legado

ISP X CULTURA

Tendência	Ponto-chave
Patrocínio cultural estratégico	Direcionado à reputação, inovação e acesso democrático
Riscos e ativismo	Patrocinadores se afastam por controvérsias políticas e ativismo
Formatos híbridos e digitais	Eventos culturais alcançam públicos globais com experiência
Cultura com propósito	Alinhamento a ESG, diversidade e impacto social imprescindível
Parcerias criativas	Prioridade a storytelling autêntico e experiências exclusivas
Medição e planejamento estratégico	Transparência e métricas para justificar investimento e impacto

*Investimento Social Privado



“As práticas cotidianas são do tipo tático: utilizam, manipulam e alteram os espaços organizados pelas estratégias.”
Michel de Certeau

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 mar. 2026.
- BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 19 mar. 2026.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Cultura (SNC). Brasília, DF: Ministério da Cultura. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/snc>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo: Zahar, 2020.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Economia da cultura e das indústrias criativas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- JORDÃO, Gisele; ALLUCCI, Renata. Panorama setorial da cultura brasileira. São Paulo: Allucci & Associados, [s.d.].
- KLEIN, Naomi. Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SALIC. Ministério da Cultura. Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura. Brasília, DF: Ministério da Cultura. Disponível em: <https://salic.cultura.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- UNESCO. Relatório mundial sobre políticas culturais (MONDIACULT 2025). Paris: UNESCO, 2025. Disponível em: <https://www.unesco.org/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

Núcleo de Estímulo à Produção Artístico-Cultural

Democratizar o acesso à cultura é construir
uma sociedade mais justa, inclusiva e criativa para todos.

Obrigado!